



PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
PRSTM/SECIN/COAVO/SEACO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

TERCEIRO TRIMESTRE DE 2019

1.0 - Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Consolidadas da Justiça Militar da União (DCONJMU) foram elaboradas tomando por base:

- As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP/NBCASP), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- As instruções descritas no [Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público \(MCASP\) - 8ª edição](#), fundamentado na Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) nº 6/2018, na Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e da Secretaria de Previdência (SPREV) nº 7/2018 e na Portaria da STN nº 877/2018;
- A estrutura proposta no [Plano de Contas Aplicado ao Setor Público \(PCASP\)](#), consoante os dispositivos constantes da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais normas técnicas aplicáveis; e
- As Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (*International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*), utilizadas de maneira subsidiária e observadas em sua integridade.

As DCONJMU apresentam as informações das Unidades Gestoras integrantes do Órgão 13000 – Justiça Militar da União (JMU), abaixo relacionadas, e compoem o Processo de Contas do Governo, a ser apreciado pelo Congresso Nacional, o qual compreende a Prestação de Contas do Presidente da República, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, bem como as Prestações de Contas dos demais Chefes dos Poderes Legislativo e Judiciário, segundo a independência constitucional de cada ente, tendo sido elaboradas a partir das informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI):

Unidades Gestoras		Localização
060001	STM	Brasília/DF
060002	8ª CJM	Belém/PA
060003	10ª CJM	Fortaleza/CE
060004	7ª CJM	Recife/PE
060005	6ª CJM	Salvador/BA
060006	4ª CJM	Juiz de Fora/MG
060007	9ª CJM	Campo Grande/MS
060017	5ª CJM	Curitiba/PR
060018	1ª DA 3ª CJM	Porto Alegre/RS
060019	2ª DA 3ª CJM	Bagé/RS
060020	3ª DA 3ª CJM	Santa Maria/RS
060021	12ª CJM	Manaus/AM
060025	Setorial Orçamentária e Financeira	Brasília/DF
060027	Setorial Contábil	Brasília/DF
060028	Foro da 1ª CJM	Rio de Janeiro/RJ
060029	Foro da 2ª CJM	São Paulo/SP
060030	Foro da 11ª CJM	Brasília/DF

O objetivo principal das DCONJMU é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio público da União e prestar contas da gestão econômico-financeira realizada durante o Terceiro Trimestre de 2019.

Nas DCONJMU, os diversos usuários podem encontrar esclarecimentos sobre a posição e a mutação do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa, os fluxos financeiros e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira do Governo Brasileiro, particularizadas pelos dados consolidados das Unidades Gestoras integrantes desta Justiça Especializada.

As estruturas e a composição das DCONJMU estão de acordo com as bases propostas pelas [Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público](#) (NBCASP) e MCASP, sendo compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF); e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

2.0 Principais Práticas Contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e as políticas contábeis adotados no âmbito da União, tendo em consideração as opções e as premissas do modelo PCASP, que nortearam a elaboração das Notas Explicativas.

Moeda funcional e saldos em moedas estrangeiras

A moeda funcional é o Real. Os saldos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

Caixa e equivalentes de caixa

A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do [Decreto nº 93.872/1986](#)), é mantida no Banco Central do Brasil (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União. Ela é subdividida em: Conta Única Recursos Tesouro Nacional; Conta Única Recursos Previdenciários e Conta Única Recursos Dívida Pública.

Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo, relacionados, principalmente, com:

- Créditos tributários;
- Créditos não tributários;
- Dívida ativa;
- Transferências concedidas;
- Empréstimos e financiamentos concedidos;
- Adiantamentos; e
- Valores a compensar.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. Há também ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

Ativo Imobilizado

O Ativo Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, de construção ou de produção. Após o reconhecimento inicial, fica sujeito à depreciação, à amortização ou à exaustão (quando tiver vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do Ativo Imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se esses gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) do período.

A avaliação e a mensuração do Ativo mobilizado da JMU têm como base o valor de aquisição ou de construção. As inclusões de eventuais gastos adicionais ou complementares não estão sendo realizadas, pois o Sistema de Controle Patrimonial (LICIMAP) não permite a alteração de valor de aquisição do bem no decorrer da sua vida útil.

Em relação aos bens móveis adquiridos antes do exercício de 2010, não foram realizadas as reavaliações e as contabilizações dos ajustes ao valor de mercado. Em 2012, foi constituída uma Comissão Permanente de Avaliação Patrimonial (COPAP), cujos processos de mensuração se encontram pendentes de homologação, para posterior registro no LICIMAP e respectivos lançamentos contábeis.

Em maio de 2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fontes do Sistema de Gestão Administrativa e Financeira (GEAFIN), desenvolvido e de propriedade do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF da 4ª Região), por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, ao acompanhamento e à mensuração do Ativo Imobilizado.

A depreciação é calculada pelo método linear (sistema de cotas constantes). O prazo de vida útil e o valor residual foram estabelecidos pela [Macrofunção SIAFI 02.03.30](#).

Ativo Intangível

Direitos que tenham por objeto bens incorpóreos. Na JMU, são os softwares destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida), seguindo os procedimentos estabelecidos pela [Macrofunção SIAFI 02.11.30](#).

A amortização dos itens registrados no Ativo Intangível não está sendo registrada, em virtude da inviabilidade técnica do Sistema de Controle Patrimonial existente no Órgão, o LICIMAP. Com o objetivo de sanar tal ressalva, a Secretaria de Controle Interno (SECIN) demandou à Diretoria de Tecnologia da Informação (DITIN) e à Diretoria de Administração (DIRAD) a aquisição ou desenvolvimento interno de um Sistema de Controle Patrimonial que permita o controle, o acompanhamento e a mensuração dos valores dos bens intangíveis passíveis de amortização.

Com a aquisição do citado Sistema GEAFIN em maio de 2017, espera-se que sejam implementadas as funcionalidades necessárias ao controle, ao acompanhamento e à mensuração do Ativo Intangível. A implantação do GEAFIN está em execução com a migração e a validação dos dados por parte da DITIN, da DIRAD e da SECIN. Quando a operacionalização plena do módulo patrimonial do Sistema GEAFIN estiver concluída na JMU, a amortização poderá ser realizada.

Depreciação, amortização ou exaustão de bens móveis

As bases de cálculo para a depreciação, para a amortização e para a exaustão são o custo do Ativo Imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação aplicável é o das quotas constantes.

utilização. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em

parâmetros: As informações da depreciação dos bens móveis da JMU são apuradas por meio do LICIMAP, que utiliza como regra de cálculo os seguintes

Método das cotas constantes

Utilização da Tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/SUCON/STN/MF), constante d o Manual SIAFI, [Macrofunção SIAFI 02.03.30](#) Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações;

Depreciação de bens imóveis

As informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIUnet), gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), nos termos da [Portaria Conjunta ME/MPOG nº 703, de 10 de dezembro de 2014](#).

Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos Sistemas Corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, Autarquias e Fundações Públicas Federais são:

I - atualizados sistematicamente, a cada ano, na data base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;

II - reavaliados, aqueles nos quais:

- Seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
- Houver alteração de área construída, independentemente do valor investido;
- Seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoronamento, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Passivo

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) empréstimos e financiamentos; (iii) fornecedores e contas a pagar; obrigações fiscais; (v) obrigações de repartições a outros entes; (vi) provisões; e (vii) demais obrigações.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e possível a estimativa confiável do seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

3.0 Composição dos Principais Itens das Demonstrações

3.1 Balanço Patrimonial

Nota 01 – Ativo Circulante – Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa compreende o somatório dos valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 72.041 mil em 30/9/2019, refere-se aos valores disponíveis para transferências e para liquidação de obrigações de natureza fiscal, previdenciária, trabalhista e com fornecedores – R\$ 71.836 mil – e depósitos e cauções recebidos – R\$ 205 mil.

Tabela 01 – Caixa e equivalentes de caixa – Composição

	R\$ milhares	
Identificação da Disponibilidade de Caixa	30/9/2019	31/12/2018
Fonte 100 - Recursos Ordinários	57.533	38.668
Total de Recursos Não Vinculados	57.533	38.668
Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.803	2.468
Fonte 150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados	4.559	4.602
Fonte 153 – Recursos Destinados às Atividades-Fins Seguridade Social	2.827	--
Fonte 156 – Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	622	365
Fonte 169 – Contrib. Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	4.378	11
Fonte 300 – Recursos Ordinários – Créd. do Tesouro de Exercício Anterior	42	42
Fonte 350 – Créditos Extraordinários	72	72
Total dos Recursos Vinculados	14.303	7.560
Total da Disponibilidade de Caixa	71.836	46.228
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	205	200
Caixa e Equivalente de Caixa Nacional	72.041	46.428

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota 02 – Ativo Circulante – Demais créditos e valores a curto prazo

Composto por adiantamentos concedidos a pessoal, suprimentos de fundos e créditos a receber.

Os adiantamentos concedidos a pessoal são oriundos dos registros da folha de pagamento de servidores e de magistrados, cuja conciliação para ajustes e/ou baixas é realizada pela Diretoria de Pessoal (DIPES), por meio do Sistema de Recursos Humanos (SRH), utilizado na elaboração da folha de pagamento.

Tabela 02 – Demais créditos e valores a curto prazo – Composição

	R\$ milhares		
	30/9/2019	31/12/2018	Variação
Outros Créditos a Receber - Adiantamento - TED	6.483	--	6.483
Adiantamentos concedidos a pessoal	977	5.341	(4.364)
- 13º salário	--	2.511	(2.511)
- 1/3 de férias	946	2.152	(1.206)
- Salários e ordenados	31	678	(647)
Suprimento de fundos	72	1	71
Total	7.532	5.342	2.190

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

A redução de R\$ 2.511 mil relativos aos adiantamentos de 13º salário deve-se ao novo critério contábil adotado pela STN por meio da [Macrofunção SIAFI 02.11.42 - Folha de Pagamento](#), que estabelece a confrontação mensal entre os saldos dos adiantamentos realizados (Adiantamentos – 13º Salário) e do passivo (13º Salário a Pagar), devendo apresentar saldo apenas em um deles.

As reduções nos saldos de adiantamento de 1/3 de férias, no valor de R\$ 1.206 mil, e de salários e de ordenados, no valor de R\$ 647 mil, ocorreram por motivo de sazonalidade, principalmente no final de cada exercício financeiro, sendo que as reduções significativas observadas no período decorrem da fruição de férias e antecipações salariais realizadas em janeiro/2019, cujos adiantamentos ocorreram na folha de pagamento de dezembro/2018.

O aumento de R\$ 6.483 mil no Adiantamento de Termo de Execução Descentralizada (TED) deve-se à nova metodologia da STN, a qual registra todas as descentralizações financeiras realizadas para execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora. Os Órgãos Públicos parceiros são: Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Exército Brasileiro, Fundação Universidade de Brasília (FUB), Senado Federal e Base de Hidrografia da Marinha, conforme descrito na tabela a seguir:

Tabela 03 – Outros créditos a receber – Adiantamento – TED - Composição

	R\$ milhares
	30/9/2019
Comando do Exército – Departamento de Engenharia e Construção	4.587
Fundação Universidade de Brasília	1.718
Fundação Universidade de Brasília	122
Senado Federal	54
Comando da Marinha – Base de Hidrografia da Marinha em Niterói RJ	2
Total	6.483

Fonte: SIAFI 2019

Nota 03 – Ativo Circulante – Estoques

Em 30/9/2019, a JMU possuía o montante de R\$ 864 mil em estoque de material de consumo e mercadorias para doação (R\$ 899 mil em 31/12/2018).

O Superior Tribunal Militar (STM - UG 060001) promoveu, em novembro de 2018, a migração do controle de material em estoque para o Sistema GEAFIN, passando a adotar o custo médio ponderado como método de mensuração do material em estoque, em substituição ao Sistema PEPS (*Primeiro a Entrar, Primeiro a Sair*), disponível no Sistema LICIMAP, utilizado até outubro/2018.

As demais Unidades Gestoras da JMU não registram em estoque os itens de almoxarifado e de material de consumo, tendo em vista sua baixa materialidade, quantidade e relevância, comparativamente ao custo-benefício da manutenção de controle de estoque e respectivos relatórios de almoxarifado. Portanto, as entradas são registradas como consumo imediato diretamente em contas de VPD.

Nota 04 – Ativo Não Circulante – Demais Créditos e Valores a Longo Prazo

Em 30/9/2019, a JMU dispunha do montante de R\$ 465 mil relativo às contribuições patronais antecipadas à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (Funpresp-Jud), realizadas em 27/11/2013, acrescidas de atualização monetária. Trata-se de aporte inicial efetuado pelos órgãos patrocinadores quando da criação dessa Fundação, a título de contribuições futuras. Tais valores são atualizados mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), devendo ser compensados a partir do ano subsequente ao exercício em que o Plano atingir o Ponto de Equilíbrio Operacional.

Os valores referentes aos depósitos judiciais efetuados (R\$ 46 mil) compõem, ainda, o saldo dos Demais Créditos.

Tabela 04 – Demais créditos e valores a longo prazo – Composição

	R\$ milhares		
	30/9/2019	31/12/2018	Variação
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Adiantamento de contribuições futuras - Funpresp Jud	465	453	12
Depósitos judiciais	46	46	-
Total	511	499	12

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 05 – Ativo Não Circulante – Imobilizado – Bens Móveis e Depreciação

Em 30/9/2019, a JMU detinha o montante de R\$ 35.715 mil em bens móveis (R\$ 39.066 mil em 31/12/2018), sendo R\$ 60.205 mil relativos ao custo de aquisição (R\$ 61.710 mil em 31/12/2018), dos quais se deduz o valor de R\$ 24.490 mil concernente à depreciação acumulada (R\$ 22.644 mil em 31/12/2018).

Devido à renovação da frota de veículos de transporte institucional das Unidades Gestoras da JMU, ocorrida no final do exercício de 2018, foram realizadas, em 2019, doações e cessões, para outros órgãos da Administração Pública, de automóveis usados no valor de R\$ 565 mil, na forma da legislação vigente. Foram regularizadas, ainda, mediante registros contábeis, doações processadas em exercícios anteriores, com impacto na conta de Resultado de Exercícios Anteriores (Nota nº 12).

O decréscimo de R\$ 1.505 mil no custo de aquisição de bens móveis está relacionado à incorporação/desincorporação dos seguintes itens:

Tabela 05 – Composição da Variação dos Bens Móveis

	R\$ milhares		
	30/9/2019	31/12/2018	Variação
Veículos	9.990	11.104	(1.114)
Bens de Informática	22.078	22.289	(211)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	9.011	9.534	(523)
Bens Móveis em Almoxarifado	131	77	(54)
Demais Bens Móveis	1.103	1.100	3
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	3.450	3.360	90
Móveis e Utensílios	14.442	14.246	196
Total	60.205	61.710	(1.505)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

No Trimestre em exame, as depreciações dos bens móveis da JMU não foram registradas no SIAFI. Esse fato aconteceu em função das adaptações necessárias na migração do Sistema de controle patrimonial atual, o LICIMAP, para o novo Sistema, o GEAFIN. Porém, essas pendências estão sendo normalizadas desde o início do mês de outubro/2019.

Nota 06 - Ativo Circulante - Imobilizado - Bens Imóveis e Depreciação

Refere-se a bens de uso especial e a obras em andamento, utilizados para a execução das atividades da JMU, bem como a bens imóveis funcionais geridos por esta Justiça Especializada, compostos pelos seguintes itens:

Tabela 06 - Bens Imóveis - Composição

	R\$ milhares		
Bens Imóveis	30/9/2019	31/12/2018	Variação
Edifícios	49.550	51.459	(1.909)
Imóveis Residenciais / Comerciais	33.841	33.841	--
Obras em Andamento	20.161	20.006	154
Terrenos/Glebas	2.608	2.608	--
Armazéns/Galpões	1.853	1.853	--
Estudos e Projetos	1.462	1.452	10
Instalações	911	849	62
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	100	100	--
Edifícios Não Registrados no SPIUNET	85	85	--
Subtotal	110.570	112.253	1.683
Depreciação Acumulada	(7.459)	(5.002)	(2.457)
Total	103.111	107.251	(4.140)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Os registros da depreciação dos bens imóveis são realizados diretamente pela STN em parceria com a SPU. A variação de R\$ 1.909 mil em Edifícios baseia-se na transferência da Sede da Auditoria da 7ª CJM à SPU, em virtude da desocupação do imóvel.

Nota 07 – Ativo Não Circulante – Intangível

Registra os softwares adquiridos de terceiros, licenças e direitos de uso e os aplicativos desenvolvidos internamente, todos para utilização do Órgão, conforme o Procedimento [SIAFI 02.11.30 - Despesas com TI](#)

Tabela 07 - Ativo Intangível - Composição

	R\$ milhares		
Bens Imóveis	30/9/2019	31/12/2018	Variação
Softwares	5.837	5.497	340
- Softwares com vida útil definida	5.821	5.481	340
- Softwares com vida útil indefinida	16	16	-
Marcas, direitos e patentes industriais	227	227	-
Total	6.064	5.724	340

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 08 – Passivo Circulante - Pessoal a pagar

Em 30/9/2019, a JMU apresentava o montante de R\$ 8.034 mil em obrigações trabalhistas, sendo R\$ 7.945 mil relacionados à provisão relativa ao duodécimo do 13º salário e R\$ 89 mil referentes a salários, remunerações e benefícios a pagar a servidores e a magistrados.

Esta Justiça Especializada adota o novo critério contábil para obrigações com pessoal a pagar, estabelecido pela STN por meio da [Macrofunção SIAFI 02.11.42 – Folha de Pagamento](#). Para os órgãos públicos que realizam o pagamento da folha no próprio mês de referência, como é o caso da JMU, tais obrigações são reduzidas significativamente.

De acordo com a metodologia de cálculo aplicada, ao final de cada exercício financeiro, há a apuração dos saldos resultantes entre as provisões registradas e os adiantamentos concedidos de cada exercício, a fim de evidenciar apenas os saldos de provisões a pagar ou de adiantamento a receber.

Em maio/2017, a JMU formalizou contrato de cessão de direito de uso dos códigos-fonte do Sistema de Recursos Humanos (SERH), desenvolvido e de propriedade do TRF da 4ª Região, por meio do qual se espera que sejam implementadas as funcionalidades necessárias à mensuração da

provisão da folha de pagamento.

Nota 09 - Passivo Circulante – Fornecedores e contas a pagar nacionais

Refere-se aos valores a pagar aos credores decorrentes da prestação de serviços e do fornecimento de bens e de materiais.

Tabela 08 - Contas a Pagar Credores Nacionais

	30/9/2019	31/12/2018	R\$ milhares Variação
Fornecedores a Pagar	262	138	124
Total	262	138	124

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 10 – Passivo Circulante – Valores Restituíveis

Em 30/9/2019, existia o valor de R\$ 388 mil pertinente às apropriações oriundas da retenção de valores devidos a fornecedores e a prestadores de serviços, bem como a depósitos e a cauções retidos sobre fornecedores por questões contratuais.

Tabela 09 - Passivo Circulante – Demais obrigações a curto prazo – Valores Restituíveis

	30/9/2019	31/12/2018	R\$ milhares Variação
Depósitos Retidos de Fornecedores	128	171	(43)
Depósitos e Cauções Recebidos	204	200	4
Outros	56	75	(19)
Total	388	446	(58)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 11 - Passivo não Circulante – Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas

Corresponde ao reconhecimento de passivos decorrentes de decisões administrativas alusivas a despesas com pessoal. Esses passivos, reconhecidos pela Entidade como provisões para perdas judiciais e administrativas de longo prazo, totalizavam o valor de R\$ 279.515 mil em 30/9/2019. No exercício de 2019, não houve as atualizações monetárias e/ou recalculos dos valores desses passivos.

Tabela 10 - Provisões para Perdas Judiciais e Administrativas – Composição

	30/9/2019	31/12/2018	R\$ milhares Variação
Passivo Longo Prazo			
VPI (13,23%)	219.879	219.879	-
Complemento PAE	16.123	16.123	-
VPNI – Quintos	25.622	25.622	-
ATS Magistrados	287	287	-
URV (11,98%)	5.349	5.349	-
Abono Variável - Magistrados	562	562	-
Outros Passivos	11.693	11.693	-
Total	279.515	279.515	-

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 12 – Patrimônio Líquido – Resultados Acumulados

A JMU possuía, em 30/9/2019, resultados acumulados (déficit) no valor de R\$ 62.316 mil, compostos pela soma do resultado do exercício de 2019 (superávit de R\$ 13.553 mil) e do resultado de exercícios anteriores (déficit de R\$ 75.123 mil), e, ainda, dos ajustes de exercícios anteriores (déficit de R\$ 746 mil).

No exercício de 2019, foram realizados diversos ajustes em contas contábeis de bens móveis, contabilizados como Ajustes de Exercícios Anteriores, tais como baixas de bens que foram objetos de doações, ajustes de saldos de depreciação acumulada, entre outros, com o objetivo de regularizar os saldos patrimoniais com vistas à migração do Sistema de Controle Patrimonial atual, o LICIMAP, para o Sistema de Gestão Administrativa e Financeira, o GEAFIN, iniciada neste segundo semestre e prevista para ser completada até o fim do exercício de 2019.

3.2 – Demonstração das Variações Patrimoniais

Nota 13 - Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial da JMU acumulado até o Terceiro Trimestre de 2019 totaliza R\$ 13.554 mil, representando um aumento de R\$ 9.188 mil (210%) em relação ao mesmo período de 2018 (superávit de R\$ 4.365 mil), conforme tabela a seguir:

Tabela 11 - Resultado Patrimonial

	30/9/2019	30/9/2018	R\$ milhares Variação
Resultado Patrimonial			
Variações Patrimoniais Aumentativas	819.134	746.424	72.710
Variações Patrimoniais Diminutivas	805.580	742.058	63.522
Resultado Patrimonial do Período	13.554	4.366	9.188

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Segundo demonstrado na Tabela seguinte, os principais motivos para o aumento do resultado patrimonial foram os acréscimos nas Transferências e nas Delegações recebidas, no valor de R\$ 72.325 mil, e na Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos, de R\$ 6.320 mil:

Tabela 12 - Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas

			R\$ milhares
Variações Patrimoniais Aumentativas	30/9/2019	30/9/2018	Varição
Transferências e delegações recebidas	810.879	738.554	72.325
Exploração e venda de bens, serviços e direitos	21	6.208	(6.187)
Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos	6.742	422	6.320
Contribuições	961	811	150
Outras variações patrimoniais aumentativas	519	414	105
Variações patrimoniais aumentativas financeiras	12	15	(3)
Total	819.134	746.424	72.710
Variações Patrimoniais Diminutivas	30/9/2019	30/9/2018	Varição
Transferências e delegações concedidas	394.529	353.103	41.426
Pessoal e encargos	179.658	162.337	17.321
Benefícios previdenciários e assistenciais	169.884	166.466	3.418
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo	59.312	58.742	570
Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos	1.078	674	403
Tributárias	247	237	10
Outras variações patrimoniais diminutivas	802	420	382
Variações patrimoniais diminutivas financeiras	70	79	(9)
Total	805.580	742.058	63.522
Resultado Patrimonial do Período	13.554	4.366	9.188

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 14 - Variação Patrimonial Aumentativa – Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

A variação negativa no valor de R\$ 6.187 mil corresponde à atipicidade da arrecadação no exercício de 2018, pois nesse período a JMU realizou concurso público com o fim de provimento de vagas e de formação de cadastro reserva para os cargos de Analista e Técnico Judiciários, auferindo receitas com as taxas de inscrição.

Nota 15 - Variação Patrimonial Aumentativa – Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos

No exercício de 2019, a STN adotou nova política contábil para reconhecimento do direito dos recursos financeiros transferidos por meio do Termo de Descentralização (TED). É registrada a apropriação de ativo na UG descentralizadora e de passivo na UG recebedora da TED, de recursos orçamentários e financeiros que se encontram vigentes ou ainda não tiveram suas contas prestadas ao Órgão Transferidor.

O montante de R\$ 6.742 mil resulta do reconhecimento de parcerias firmadas entre a JMU e órgãos da Administração Pública Federal.

Nota 16 - Pessoal e Encargos Sociais

No grupo de despesas com pessoal e encargos sociais, ocorreu um aumento de 10,67% - R\$ 17.321 mil - em relação ao mesmo período do exercício anterior. Esses saldos são compostos, principalmente, pelos vencimentos e gratificações de natureza salarial decorrentes da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela [Lei nº 13.317/2016](#), bem como do reajuste do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal – aumento do teto constitucional -, aprovado pela [Lei nº 13.752/2018](#), que refletiu no aumento do subsídio dos Ministros desta Corte.

Tabela 13 - Pessoal e Encargos Sociais

			R\$ milhares
	30/9/2019	30/9/2018	Varição
Remuneração a Pessoal	145.355	128.516	16.839
Encargos Patronais	23.058	21.230	1.828
Benefícios a Pessoal	11.216	12.129	(913)
Outras VPD – Pessoal e Encargos	29	462	(433)
Total	179.658	162.337	17.321

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota - 17 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Os referidos aumentos, dispostos na Nota nº 16, causam reflexos também nos benefícios de aposentadorias e reformas, em razão da paridade entre servidores ativos e inativos, a que tem direito os servidores empossados até 2004, e os ministros aposentados, de acordo com a Tabela seguinte:

Tabela 14 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais

			R\$ milhares
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	30/9/2019	30/9/2018	Varição
Aposentadorias e Reformas	103.715	104.404	(689)
Pensões	65.790	61.906	3.884
Outros Benef. Previdenciários e Assistenciais	379	156	223
Total	169.884	166.466	3.418

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 18 - Variação Patrimonial Diminutiva – Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

A variação monetária dos valores reconhecidos como desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos deve-se à essência dos registros consistir em situações atípicas, como em casos de diminuição do patrimônio pela baixa de material permanente, identificada em grande parte do saldo dessa conta.

De acordo com o [Manual de Administração do Patrimônio e do Material da JMU](#), periodicamente, é realizado o levantamento de bens suscetíveis de desfazimento para posterior avaliação e destinação.

3.3 Balanço Orçamentário

Nota 19 - Previsão Inicial e Dotação Inicial

O Balanço Orçamentário do Órgão Superior da JMU apresenta-se de forma não consolidada com o Balanço Geral da União. Sendo assim, evidencia-se um desequilíbrio/déficit orçamentário entre a previsão inicial da receita e a fixação da despesa. Isso se deve ao fato de a JMU não possuir como finalidade a arrecadação de tributos ou a arrecadação de receitas próprias.

Dessa forma, as atividades finalísticas da JMU são custeadas pela União mediante a descentralização financeira proveniente de fontes de recursos ordinários do Tesouro Nacional, o que não é evidenciado no Balanço Orçamentário e, sim, no Balanço Financeiro.

Tabela 15 - Orçamento Aprovado 2019 – Composição

		R\$ milhares	
Receitas Orçamentárias	Previsão Inicial	Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial
Receitas Correntes	632	Despesas Correntes	576.894
Receita Patrimonial	137	Pessoal e Encargos Sociais	465.452
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	137	Juros e encargos da dívida	--
Receitas de Serviços	35	Outras Despesas Correntes	111.442
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	35	Despesas de Capital	5.698
Outras Receitas Correntes	460	Investimentos	5.698
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	460	Reserva de Contingência	11.021
Total das Receitas	632	Total das Despesas	593.613

Fonte: SIAFI 2019

Nota 20 - Execução Completa das Despesas Orçamentárias

A JMU até o Terceiro Trimestre de 2019 comprometeu 70,2% (R\$ 403.397 mil) do seu orçamento corrente (R\$ 574.730 mil). Desses empenhos pactuados, 80,5 % (R\$ 324.915 mil) referem-se às despesas com pessoal e encargos sociais e 19,5 % (R\$ 78.482 mil) representam gastos com a operacionalização de suas atividades.

No tocante ao orçamento de capital, R\$ 7.862 mil foram contratados até o presente momento, sendo que 54,5% (R\$ 4.288 mil) correspondem a investimentos para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Em relação à reserva de contingência, cujo objetivo é sanar dívidas futuras, prováveis e possíveis de acontecerem, todavia incertas, até o presente momento encontram-se autorizados R\$ 11.021 mil.

Tabela 16 - Execução Completa da Despesa Orçamentária

							R\$ milhares
Despesas Orçamentárias	Inicial (a)	Atualizada(b)	Empenhada (c)	Liquidada (d)	Paga (e)	Saldo (b-c)	
Despesas Correntes	576.894	574.730	403.397	385.995	385.597	171.333	
Pessoal e Encargos Sociais	465.452	465.452	324.915	324.124	324.007	140.537	
Outras Despesas Correntes	111.442	109.278	78.482	61.871	61.590	30.796	
Despesas de Capital	5.698	7.862	4.288	938	930	3.574	
Investimentos	5.698	7.862	4.288	938	930	3.574	
Reserva de Contingência	11.021	11.021	-	-	-	11.021	
Total	593.613	593.613	407.685	386.933	386.527	185.928	

Fonte: SIAFI 2019

Nota 21 - Fases da execução das Despesas Orçamentárias

Das despesas correntes liquidadas, 99% (R\$ 385.597 mil) foram pagas, enquanto que das despesas de capital liquidadas, 99% (R\$ 930 mil) foram pagas.

O Valor de R\$ 16.892 mil refere-se à diferença entre a despesa empenhada e a despesa paga na aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, além de outras despesas da categoria econômica despesas correntes não classificáveis nos demais grupos de natureza de despesa.

Resta saldo de R\$ 3.358 mil, comprometido em despesas de capital não movimentadas.

Tabela 17 - Fases da execução das Despesas Orçamentárias

					R\$ milhares
	Empenhada (a)	Liquidada (b)	Paga (c)	Saldo (a-c)	
Despesas Correntes	403.397	385.995	385.597	17.800	
Pessoal e Encargos Sociais	324.915	324.124	324.007	908	
Outras Despesas Correntes	78.482	61.871	61.590	16.892	
Despesas de Capital	4.288	938	930	3.358	
Investimentos	4.288	938	930	3.358	
Total	407.685	386.933	386.527	21.158	

Fonte: SIAFI 2019

Nota 22 - Execução dos Restos a Pagar - Não Processados

Do total de restos a pagar não processados inscritos em 2018 e anos anteriores, 57% (R\$ 16.485 mil) fazem referência às despesas com pessoal, 33%, a outras despesas correntes (R\$ 9.504 mil), e 10%, despesas de capital com investimentos (R\$ 2.728 mil).

Foram pagos até o Terceiro Trimestre de 2019 em torno de 29% (R\$ 8.354 mil) relativos aos restos a pagar não processados da JMU inscritos no exercício de 2018 e anos anteriores. Desses restos a pagar não processados pagos até o momento, 65% (R\$ 5.453 mil) são relacionados a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram liquidadas, ou seja, concluídas em 2018.

O valor de R\$ 18.926 mil, a ser executado como restos a pagar não processados, encontra-se sujeito aos limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a [Emenda Constitucional nº 95/2016](#).

Tabela 18 - Restos a Pagar Não processados – Composição 2019

R\$ milhares					
Despesas Orçamentárias	Inscritos (a)	Liquidados (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a-c-d)
Despesas Correntes	25.989	7.327	7.326	1.437	17.226
Pessoal e Encargos Sociais	16.485	1.873	1.873	--	14.613
Outras Despesas Correntes	9.504	5.454	5.453	1.437	2.613
Despesas de Capital	2.728	1.028	1.028	--	1.700
Investimentos	2.728	1.028	1.028	--	1.700
Total	28.717	8.354	8.354	1.437	18.926

Fonte: SIAFI 2019

Nota 23 - Execução dos Restos a Pagar – Processados (RPP)

Do total de restos a pagar processados inscritos em 2018 e anos anteriores, 12% (R\$ 45 mil) correspondem a despesas com pessoal, 88%, a outras despesas correntes (R\$ 327 mil).

Foram pagos até o Terceiro Trimestre de 2019 em torno de 53% (R\$ 198 mil) relativos aos restos a pagar processados da JMU. Desses restos a pagar processados pagos, 100% (R\$ 198 mil) referem-se a outras despesas correntes que, devido ao encerramento do exercício financeiro, não foram pagas em 2018.

O valor de R\$ 129 mil, a serem pagos, encontra-se sujeito aos limites de gastos financeiros que a JMU poderá realizar até o final do exercício financeiro, de acordo com a [Emenda Constitucional nº 95/2016](#).

Tabela 19 - Restos a Pagar processados – Composição de 2019

R\$ milhares				
Despesas Orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores e exercício anterior	Pagos	Cancelados	
Despesas Correntes	372	198	45	
Pessoal e Encargos Sociais	45	-	45	
Outras Despesas Correntes	327	198	--	
Total	372	198	--	

Fonte: SIAFI 2019

3.4 - Balanço Financeiro

Nota 24 - Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da JMU no período de janeiro a setembro/2019 foi de R\$ 25.612 mil (R\$ 24.219 mil no mesmo período do exercício anterior), conforme a tabela a seguir:

Tabela 20 - Resultado Financeiro – Composição

R\$ milhares			
	2019	2018	AH
Receitas Orçamentárias	260	6.498	(96 %)
Despesas Orçamentárias	(407.685)	(372.580)	9,4%
	(407.425)	(366.082)	11,3%
Transferências Financeiras Recebidas	808.859	734.398	10,1 %
Transferências Financeiras Concedidas	(389.604)	(352.974)	10,4 %
	419.255	381.424	9,9 %
Recebimentos Extraorçamentários	22.489	28.259	20,4 %
Pagamentos Extraorçamentários	(8.707)	(19.382)	(55,1%)
	13.782	8.877	55,3%
Resultado Financeiro do Exercício	25.612	24.219	5,8%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota 25 - Receitas Orçamentárias

Os recursos concernentes às receitas orçamentárias da JMU em 2019 (R\$ 260 mil) tiveram redução de R\$ 6.238 mil em relação ao valor auferido no ano anterior (R\$ 6.498 mil). Isso ocorreu em virtude do recebimento, em 2018, de taxas de inscrição provenientes do concurso alusivo ao provimento de vagas e formação de cadastro reserva para os cargos de Técnico e Analista Judiciários, realizado naquele ano.

Nota 26 - Despesas Orçamentárias

As fontes de recursos vinculadas determinam a destinação dos recursos de acordo com as vinculações legais, desde a arrecadação da receita. Enquanto que as fontes de recursos ordinárias podem ser utilizadas para qualquer finalidade, tais como pessoal, manutenção e investimentos, bem como para complementar as despesas em áreas nas quais a arrecadação em fontes vinculadas não seja suficiente.

Em 2019, as despesas orçamentárias vinculadas atingiram o montante de R\$ 165.749 mil (R\$ 70.250 mil em 2018), representadas, principalmente, pelos gastos com o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), no valor de R\$ 113.157 mil (R\$ 62.563 mil em 2018). Já as despesas orçamentárias ordinárias somaram R\$ 241.936 mil em 2019 (R\$ 302.330 mil em 2018), havendo a redução de R\$ 60.394 mil, se comparados os dois períodos, conforme tabela a seguir:

Tabela 21 - Despesas Orçamentárias - Composição

R\$ milhares			
	2019	2018	AH
Despesas Orçamentárias Ordinárias	241.936	302.330	(20 %)
Despesas Orçamentárias Vinculadas	165.749	70.250	135,9%
Previdência Social (RPPS)	113.157	62.563	80,9%
Seguridade Social (exceto Previdência)	52.222	--	--
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	370	7.687	(95,2%)
TOTAL	407.685	372.580	9,4%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

As despesas vinculadas com a seguridade social sofreram redução em 2018, em virtude de mudanças na operacionalização do detalhamento da fonte de recursos realizado pela Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) no momento de elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2018. Essa situação é relacionada à redução do repasse de recursos do orçamento de fontes vinculadas (0156 e 0169) e ao aumento de repasse em fonte ordinária (0100) para pagamento de despesas com inativos e pensionistas.

Nota 27 - Transferências Financeiras Recebidas

A descentralização de recursos financeiros acontece mediante a transferência de cota da Coordenação-Geral de Programação Financeira (COFIN), Órgão Central de Programação Financeira da STN, para a Setorial Financeira da JMU, representada pela Diretoria de Orçamento e Finanças (DORFI). Por sua vez, essa Diretoria descentraliza, por meio de sub-repasse, os recursos financeiros recebidos para as Unidades Gestoras Executoras do orçamento.

A Cota Recebida em 2019, no valor de R\$ 420.906 mil, corresponde a um acréscimo de R\$ 38.261 mil (10,0%) em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 382.645 mil). Desse montante, foram repassados às Unidades Gestoras Executoras R\$ 387.694 mil, representando 92,1% do valor da cota recebida da COFIN/STN.

O montante do sub-repasse transferido às Unidades Gestoras Executoras está contemplado na cota recebida. Consequentemente, esse valor é apresentado em duplicidade no Balanço Financeiro extraído do Sistema de Administração Financeira (SIAFI). Quando verificados os demonstrativos consolidados, constata-se a compensação dessa quantia com as transferências financeiras concedidas.

As Transferências Financeiras Independentes da Execução Orçamentária sofreram redução no valor de R\$ 1.520 mil em relação ao período anterior, pois, em maio de 2018, a JMU recebeu transferência financeira para atender a restos a pagar de folha de pagamento no valor de R\$ 1.778 mil.

Tabela 22 - Transferências Financeiras Recebidas – Composição

R\$ milhares			
	2019	2018	AH
Resultantes da Execução Orçamentária	808.601	732.620	10,4%
Cota Recebida	420.906	382.645	10,0%
Repasse Recebido	--	1	100,0%
Sub-repasse Recebido	387.694	349.974	10,8%
Independentes da Execução Orçamentária	258	1.778	(85,5%)
TOTAL	808.859	734.398	10,1%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota 28 - Transferências Financeiras Concedidas

Do montante de Transferências Financeiras Concedidas resultantes da Execução Orçamentária da JMU no exercício financeiro de 2019, o valor de R\$ 387.694 mil corresponde à quantia descentralizada para as Unidades Gestoras da JMU (R\$ 349.974 mil em 2018).

Tabela 23 - Transferências Financeiras Concedidas

R\$ milhares			
	2019	2018	AH
Resultantes da Execução Orçamentária	388.422	350.334	10,9%
Repasse Recebido	728	360	102,2%
Sub-repasse Recebido	387.694	349.974	10,8%
Independentes da Execução Orçamentária	1.182	2.640	(55,2%)
TOTAL	389.604	352.974	10,4%

Fonte: SIAFI 2018 e 2019

Nota 29 - Recebimentos Extraorçamentários

A inscrição de restos a pagar não processados relativos às despesas empenhadas e não liquidadas até o último dia do exercício financeiro foi de R\$ 20.752 mil, representando decréscimo de R\$ 2.093 mil em relação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 22.845 mil).

Os Outros recebimentos extraorçamentários, no valor de R\$ 1.175 mil (R\$ 4.963 mil em 2018), referem-se à regularização de saldo invertido decorrente de procedimentos de reclassificação de pagamentos entre notas de empenhos de exercícios diferentes.

Tabela 24 - Recebimentos Extraorçamentários - Composição

R\$ milhares

	2019	2018	AH
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	406	150	169,5%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	20.752	22.845	(9,2%)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	156	301	(48,2%)
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.175	4.963	(76,3%)
Total	22.489	28.259	(20,4%)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Nota 30 - Pagamentos extraorçamentários

O pagamento de restos a pagar não processados no exercício financeiro de 2019 foi de R\$ 8.354 mil, representando redução de R\$ 10.600 mil em comparação ao mesmo período do exercício anterior (R\$ 18.954 mil).

Tabela 25 - Pagamentos Extraorçamentários - Composição

R\$ milhares

	2019	2018	AH
Pagamento dos restos a pagar processados	198	84	135,7 %
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	8.354	18.954	(55,9 %)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	151	344	(56,1 %)
Outros pagamentos extraorçamentários	4	--	--
Total	8.707	19.382	(55,1%)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Tabela 26 - Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados – Por Grupo de Despesa

R\$ milhares

	2019	2018
1 – Pessoal e encargos sociais	1.873	9.197
3 – Outras despesas correntes	5.453	8.630
4 – Investimentos	1.028	1.127
Total	8.354	18.954

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

3.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa**Nota 31 - Demonstração dos Fluxos de Caixa**

As receitas derivadas e originárias diminuíram, significativamente, em R\$ 6.238 mil no exercício de 2019, devido às receitas auferidas com taxas de inscrição, para o concurso de ingresso na JMU, terem sido contabilizadas no exercício de 2018.

Quanto ao desembolso relativo às atividades operacionais, as despesas com pessoal aumentaram R\$ 62.882 mil em comparação com o mesmo período do ano anterior, em função dos vencimentos e das gratificações de natureza salarial decorrentes, em especial, da implantação da última parcela do Plano de Carreira dos Servidores do Poder Judiciário da União, instituído pela [Lei nº 13.317/2016](#), bem como em decorrência do aumento do teto constitucional, que provocou aumento remuneratório em todas as carreiras da magistratura. Apesar dos mencionados aumentos nos desembolsos, ocorreram ingressos de recursos suficientes para fazer face às despesas operacionais, acarretando um fluxo de caixa positivo no valor de R\$ 1.410 mil.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa, no valor de R\$ 25.612 mil, indica o resultado financeiro da JMU no período de janeiro a setembro/2019, evidenciado na Nota nº 24 do Balanço Financeiro.

Até o fechamento do Terceiro Trimestre de 2019, o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa final, no valor de R\$ 72.041 mil, representa o saldo de resultado financeiro que será levado para o exercício seguinte, com evidenciação na Nota nº 01 do Balanço Patrimonial.

Tabela 27 - Fluxo de caixa das atividades operacionais

R\$ milhares

	30/9/2019	30/9/2018	Varição
Fluxo de caixa das atividades operacionais	27.570	26.160	1.410
Ingressos	810.450	746.160	64.290
Receitas Derivadas e Originárias	260	6.498	(6.238)
Outros Ingressos Operacionais	810.190	739.662	70.528
Desembolsos	(782.880)	(719.998)	62.882
Pessoal e Demais Despesas	(370.733)	(345.176)	25.557
Transferências Concedidas	(22.389)	(21.504)	885
Outros Desembolsos Operacionais	(389.758)	(353.318)	36.440
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(1.958)	(1.942)	16
Ingressos	--	--	--
Desembolsos	(1.958)	(1.942)	16
Aquisição de Ativo Não Circulante	(1.627)	(1.879)	(252)
Outros Desembolsos e Investimentos	(331)	(63)	268
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	--	--	--
TOTAL	--	--	--
Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa	25.612	24.218	1.394
Caixa e equivalentes de caixa inicial	46.429	51.391	(4.962)
Caixa e equivalentes de caixa final	72.041	75.610	(3.569)

Fonte: SIAFI 2019 e 2018

Brasília/DF, 25 de Outubro de 2019

BOLIVAR ALVES DOS SANTOS
Analista Judiciário
Contador – CRC DF-021963/O-0

JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA
Analista Judiciário
Contadora – CRC DF-024589/O-9

GUTEMBERG DA SILVA OLIVEIRA
Analista Judiciário
Contador – CRC DF-021798/O-5

PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA
Supervisor da SEACO, em exercício
Contador - CRC DF 023894/O-0

1. De acordo.
2. À consideração Superior.

DALILA MELO
Coordenadora da COAVO, em exercício

1. De acordo.
2. Encaminhe-se à STN e à Diretoria - Geral (DIREG) para conhecimento e composição do Processo de Prestação de Contas, que será enviado ao Tribunal de Contas da União (TCU) em 2020.
3. Publique-se no Portal da Transparência do STM/JMU.

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Secretário de Controle Interno



Documento assinado eletronicamente por **VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA, SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**, em 25/10/2019, às 13:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DALILA MELO, COORDENADOR(A) DE ACOMPANHAMENTO, AVALIAÇÃO E ORIENTAÇÃO, em exercício**, em 25/10/2019, às 13:09 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO DANIEL ASSIS DE OLIVEIRA, SUPERVISOR(A) DA SEÇÃO DE ANÁLISE CONTÁBIL, em exercício**, em 25/10/2019, às 13:20 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAQUELINE RODRIGUES DE OLIVEIRA, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 25/10/2019, às 13:22 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **BOLIVAR ALVES DOS SANTOS, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 25/10/2019, às 13:27 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUTEMBERG DA SILVA OLIVEIRA, ANALISTA JUDICIÁRIO - Área de Apoio Especializado - Contabilidade**, em 25/10/2019, às 13:47 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.stm.jus.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1614258** e o código CRC **BFE8AA4F**.